



FOCANDO EM CINEMA E EDUCAÇÃO: UMA BREVE HISTÓRIA

VÂNIA DAL PONT PERERIA DA SILVA¹;
MARISTANI POLIDORI ZAMPERETTI³

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – vaniadalpont@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – maristaniz@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este resumo é um recorte de minha tese de doutorado intitulada: Formação docente e produção de vídeo estudantil: desafios e potencialidades no processo educacional. Para realizar esta pesquisa procurei entrelaçar e horizontalizar percepções de diferentes áreas como educação, arte, cinema e antropologia, buscando estreitar a relação do cinema com a educação.

O presente capítulo discute sobre a relação do cinema com a educação no Brasil desde a época da República.

Para muitos historiadores o primeiro vídeo apresentado ao público foi em 1895 em Paris, com os irmãos Louis e Auguste Lumière, porém o anacronismo histórico acusa que foi Louis Aimé Augustin Le Prince a primeira pessoa a realizar uma filmagem, em 1888, no jardim de sua casa com sua esposa e filho. A partir daí se produziram vídeos com diversos objetivos, como a filmagem da cirurgia de separação de duas irmãs siamesas, realizada por Eugène Doyen, que posteriormente utilizou-a em suas aulas.

Neste período, especialistas em educação do mundo inteiro discutiam ações que pudessem trazer o cinema para dentro da escola, estas discussões deram vida a museus pedagógicos que se espalharam pelo mundo. No Brasil, em 1890 foi criado, o decreto de nº 667, que fez com que o Museu Pedagogium¹, mais tarde chamado de Museu Nacional Escolar, se tornasse um espaço dedicado à formação profissional. Os museus eram abertos ao público, e se tornaram locais de debates e pesquisas.

Art. 11. Mediante autorização do Inspector Geral, os gabinetes e laboratórios poderão ser utilizados pelos professores e normalistas que ali desejem entregar-se ao trabalho de manipulações e experiências em horas diferentes das que são consagradas às conferências e aos cursos científicos (BRASIL, 1890, p. 02).

O médico e pesquisador Edgar Roquette-Pinto que era professor de Antropologia do Museu Nacional Escolar, criou em 1910 a filmoteca que tinha por objetivo produzir e divulgar a ciência por meio de filmes nacionais e imagens que poderiam ser utilizadas por qualquer professor com fins educacionais. Em 1912, integrou a comissão Rondon, registrando com foto, áudio e vídeo toda sua jornada que acabou ficando guardada na filmoteca do Museu, servindo como fonte de estudos e pesquisas. O pesquisador foi uma das principais figuras públicas na relação entre o cinema e educação.

Em 1916, os professores Fábio Lopes dos Santos Luz e José Venerando da Graça Sobrinho, tiveram a ideia de produzir fitas pedagógicas com seus alunos,

¹ O Pedagogium tinha por objetivo promover a formação profissional de professores de escolas públicas e privadas (BRASIL, 1890).



mas o material utilizado era muito caro, então os professores custearam a produção e os alunos protagonizaram como atores os roteiros escritos pelos professores.

Em 1926 foi criada a revista Cinearte com o objetivo de criar mentalidades cinematográficas, uma das sessões da revista era dedicada ao cinema educativo.

Toda a polarização que envolvia o cinema e a educação fez com que o Governo Federal criasse o decreto 2.940, de 22 de novembro de 1928 que determinava a instalação de aparelhos de projeção fixa e animadas em escolas de nível médio até o ensino profissional (SERRANO, 1931, p. 12).

Na mesma época, abriu-se um debate sobre o bom e o mau cinema e muitos professores influenciados por estes debates e pesquisas criaram um movimento de censura indireta aos filmes da época, levantando a bandeira em prol do "bom" cinema. Assim em 1931, Jonathas Serrano e Francisco Venâncio Filho publicaram o livro "Cinema e Educação" que explicava aos professores como deveriam utilizar o cinema dentro do contexto educacional. Os livros, "Cinema contra Cinema" de Joaquim Canudo Almeida (1931) e "Cinema e Educação" de Jonathas Serrano e Francisco Venâncio Filho (1931), foram as primeiras tentativas, no Brasil, de organizar o uso do filme dentro do espaço escolar. Como é possível constatar, na época, para diversos pesquisadores, o cinema era um espaço de aprendizagem, porém ficava a critério do docente a escolha dos filmes que iria exibir aos seus alunos.

Provou-se que o cinema é útil à educação. Utilíssimo. Provou-se mais ainda: que é necessária a fita como fator educativo. O cinema mercantil é capaz, às vezes, de educar: mas quase sempre deseduca... é preciso, assim, que a Educação reaja com as mesmas armas, "olho por olho, dente por dente". Contra o mau cinema, só o bom cinema (ALMEIDA, 1931. p. 201).

Segundo Almeida (1931, p. 13), "o cinema é hoje, necessário à educação". A ideia que se tinha não era a de eliminar o cinema da vida educacional, mas apropriar o mesmo para o meio educacional.

Em 1936 o Governo de Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), que foi idealizado por Roquette-Pinto, como um espaço destinado para que o Brasil pudesse se ver. Segundo Carvalhal (2008), o instituto tinha como um de seus princípios "preparar os professores para apresentarem fitas pedagógicas aos alunos sem, necessariamente, entregarem roteiros e regras prontas. Para os organizadores da época, isso bastava" (CARVALHAL, 2008, p. 92).

O INCE também se destinava a formação dos educadores, pois no início dos anos 1930, tanto a escola não tinha equipamentos próprios para trabalhar tecnologicamente, quanto os professores não recebiam formação para usar essas tecnologias no processo educacional. Apesar de ter sido uma boa iniciativa para colaborar com a formação docente, o INCE não apresentou uma base sólida para que todos os professores pudessem utilizar essa ação no espaço escolar. Foi, então, que na década de 1960, os movimentos sociais ajudaram a criar o Instituto Nacional de Cinema (INC), que manteve as atividades educacionais do cinema brasileiro. Com o fim do INC, em 1975, percebeu-se que não existiu, por parte do Governo Federal, uma medida que estreitasse os laços entre o cinema e a educação.



Apenas na década de 1990, a relação do cinema e educação voltou a ser debatida com a criação da TV Escola² que tinha a intenção de atuar como um recurso de educação, auxiliando professores e estudantes a utilizarem ferramentas modernas; era uma capacitação docente, via televisão.

Em 1997, foi lançado pelo Governo Federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no PCN da disciplina de Artes (p. 45-46), encontra-se uma parte referente ao audiovisual, porém, indica apenas o uso da televisão, do vídeo, das telas informáticas e do cinema.

Em 2013, o Ministério da Cultura (MinC), juntamente, com o Ministério da Educação (MEC) lançou o programa Mais Cultura nas Escolas que tinha por objetivo possibilitar aos artistas e órgãos de iniciativas culturais, a elaboração de projetos em parceria com escolas públicas de todo o país. Dentre os muitos projetos artísticos contemplados nesse programa se encontrava a produção audiovisual, assim, várias escolas que participaram do projeto conseguiram levar para dentro de seus muros a produção de vídeo, mesmo que de forma regrada como no cinema e realizada por agentes de fora da escola.

A lei nº 13.006, determinava a exibição de filmes nacionais nas escolas de Educação Básica como componente curricular complementar integrado a proposta pedagógica da escola. Apesar destas iniciativas governamentais, pouco refletiu na prática escolar, pois não havia uma cartilha ou materiais que indicassem e instruissem os professores em como usar os filmes pedagogicamente.

Sobre a Lei nº 13.006 de 26 de junho de 2014, que estabelecia a obrigação da exibição de filmes de produção nacional nas escolas de Educação Básica, Rosalia Duarte em entrevista a Adriana Fresquet (2015, p. 214), aponta que: “[...] infelizmente, não significa muito. Neste caso, há grandes possibilidades dessa Lei não ser cumprida. Primeiro porque não prevê sanções (o que é correto, claro!), segundo porque as condições necessárias para o seu cumprimento não estão inteiramente satisfeitas”.

2. METODOLOGIA

Para a escrita do capítulo apresentado foi realizada uma pesquisa bibliográfica que procurou destacar a relação do cinema com a educação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar das iniciativas históricas e governamentais e da dedicação de alguns educadores em relacionar a escola com o cinema, nada se concretizou sobre a produção de vídeo estudantil na prática, pois a maioria destas leis referem-se, apenas, a atividade de exibição e visualização de filmes comerciais nas escolas. Porém, mesmo sem a instituição de uma lei que incentivasse os professores a produzirem vídeos com os seus alunos, esse movimento atingiu as escolas e muitos professores criaram cineclubes para debater os filmes com os estudantes e começaram a produzir seus próprios vídeos.

² TV Escola, é um canal de TV brasileiro fundando no dia 4 de março de 1996. Pertencente a Roquette-Pinto Comunicação Educativa, que por sua vez é mantida pelo Ministério da Educação. Disponível em: <http://roquettepinto.org.br/projetos/tv-escola/>. Acesso: 21 jun. 2021.

4. CONCLUSÕES

Pelo fato de a pesquisa ainda não estar finalizada, não é possível apontar uma conclusão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. **Cinema contra cinema - Bases gerais para um esboço de organização do cinema educativo no Brasil**. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1931.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, volume único. Parte II: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 2.940, de 22 de novembro de 1928**. Regulamenta a Lei nº 3.281 de 23 de janeiro de 1928 que organizou o Ensino no Distrito Federal. In: DISTRITO FEDERAL. Lei e regulamento do ensino. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1929.

BRASIL. **Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890**. Crêa um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de Pedagogium. Rio de Janeiro, 1890. Legislação Informatizada. Disponível em: <https://url.gratis/m44Hfm>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Fundamental. Referenciais para Formação de Professores. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 13.006 de junho de 2014**. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Disponível em: <https://url.gratis/M4xs5o>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CARVALHAL, Fernanda Caroline de Almeida. **LUZ, CÂMERA, EDUCAÇÃO! O Instituto Nacional de Cinema Educativo e a formação da cultura áudio-imagética escolar**. 2008. 311f. Dissertação (Mestre em Educação), Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://url.gratis/4L0xmX>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DUARTE, Rosália. Entrevista concedida a Adriana Fresquet. **Cinema e educação a lei 13.006 reflexões, perspectivas e propostas**. Editora Universo. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://url.gratis/wf50H1>. Acesso em: 3 jan. 2021.

SERRANO, Jonathas; VENÂNCIO FILHO, Francisco. **O cinema Educativo**. Escola Nova. 1931.